

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.912 - MG  
(2018/0245489-3)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**EMBARGANTE** : ANDRÉ LUIZ MERCIER MACHADO  
**ADVOGADOS** : ROBERTO MACIEL DE SOUZA - MG075786  
RENATO MACIEL DE SOUZA E OUTRO(S) - MG161629  
**EMBARGADO** : LUIZ SÉRGIO MEDEIROS DE ALMEIDA  
**ADVOGADO** : JANAÍNA FERNANDES PAIM TELES E OUTRO(S) - MG068963

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão de fls. 459-465 (e-STJ), que negou provimento ao agravo em recurso especial.

Sustenta o embargante que o recurso especial "não trata de reanálise de provas e sim da análise de provas que não foram consideradas nos julgamentos de 1ª e 2ª instâncias pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais" (e-STJ, fl. 471), que apontou ofensa aos arts. 373, I, 489, § 1º, IV, 1.013 e incisos e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015 quanto aos temas relativos ao julgamento extra petita, à inépcia da inicial e ao não julgamento da cobrança do indébito e, por fim, requer que conste da decisão ora embargada que faz jus à assistência judiciária gratuita, "ficando isento do preparo, e das custas e despesas processuais, com direito ratificado pelo Acórdão de Apelação Cível" (e-STJ, fl. 472).

Sem impugnação (e-STJ, fl. 476).

Assim delimitada a questão, aprecio os argumentos.

Verifico que não estão presentes os vícios elencados no art. 1.022 do atual Código de Processo Civil, pois os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

Vale ressaltar que os embargos de declaração possuem regramento próprio, voltado à complementação ou declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eventualmente omissa, contraditória ou obscura, não sendo dotados, em regra, de efeito modificativo.

A decisão embargada foi clara ao consignar que o Tribunal de origem se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos.

Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. Asseverou que, no caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Entendeu superadas, portanto, as alegações de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015. Esclareceu que, tendo o Tribunal de origem concluído com base nos fatos, nos contratos firmados e nas provas dos autos que cabe o reembolso pelo ora embargante ao ora embargado da quantia paga no tocante à dívida relativa ao contrato n. 311132000000492032, para demover tal conclusão, seria inevitável o reexame de matéria fático-probatória, além da análise de cláusulas contratuais, procedimentos vedados pelas Súmulas 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça. Reconheceu que a divergência jurisprudencial não foi demonstrada nos moldes legais, não podendo ser conhecido o recurso especial com fundamento na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal e que os temas apresentados em dissídio: julgamento extra petita, inépcia da inicial, revelia na reconvenção e cobrança de indébito, não tiveram seus respectivos dispositivos legais apontados como violados, de modo a permitir o conhecimento do recurso especial, fazendo incidir, por analogia, a Súmula 284 do STF. Por fim, deixou de majorar os honorários advocatícios fixados pelo Tribunal de origem, porquanto arbitrados no patamar máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, não se manifestando acerca da gratuidade de justiça, porquanto já expresso no acórdão da apelação a suspensão da exigibilidade do ônus de sucumbência do ora embargante por ser beneficiário de assistência judiciária.

Os apontados vícios, além de inexistentes, objetivam, na verdade a rediscussão do que já foi decidido, o que extrapola os limites previstos para o recurso de embargos de declaração.

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora